



PCMG conclui investigação sobre acidente de trabalho em Itaúna

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) concluiu o inquérito que investigou um acidente de trabalho ocorrido em janeiro deste ano em uma indústria de produção de rações instalada às margens da rodovia MG-431, em Itaúna, na região Centro-Oeste do estado.

As investigações resultaram no indiciamento de sócios da empresa, técnicos de segurança do trabalho, do coordenador do setor de engenharia de segurança e medicina do trabalho, e de outros responsáveis ligados à estrutura operacional da empresa, em tese, pelo crime de lesão corporal culposa.

Segundo apurado, o acidente ocorreu durante manutenção no sistema de freios de um caminhão dentro da oficina da empresa. Dois trabalhadores realizavam o serviço sob o veículo quando outro funcionário acionou a ignição. O caminhão, que estava engrenado, movimentou-se para frente e atingiu as vítimas.

Conforme as investigações, um quarto trabalhador conseguiu subir no veículo e desligar o motor, interrompendo a movimentação.

Lesões graves

Um dos trabalhadores sofreu politraumatismo, com laceração de órgãos internos, lesões pulmonares e quadro considerado de risco à vida, sendo submetido a diversos procedimentos cirúrgicos. Outra vítima teve fraturas graves na região do quadril e do fêmur, passou por cirurgias e permaneceu internada em unidade de terapia intensiva. Um terceiro trabalhador sofreu lesão em um dos pés e precisou ser afastado das atividades.

Falhas de segurança

Os levantamentos periciais e os depoimentos reunidos ao longo da investigação apontaram possíveis irregularidades relacionadas às normas de segurança no ambiente de trabalho.

Entre os apontamentos identificados estão falhas em dispositivo de segurança do caminhão, ausência de equipamentos adequados para estabilização do veículo durante a manutenção, inexistência de supervisão no momento do acidente e falta de treinamento formal para execução da atividade.

De acordo com a apuração, os investigados deixaram de adotar medidas necessárias para evitar o resultado, mesmo ocupando funções diretamente ligadas à segurança operacional da empresa.

O inquérito policial foi encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público para as providências cabíveis.